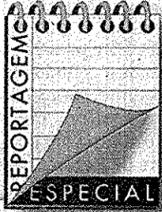


CB  
15/7/97 14  
232



Ronaldo Brasiliense  
Enviado especial

*São os índios os maiores prejudicados na briga entre a Funai e as entidades que atuam nas reservas, com dinheiro de outros países e às vezes sem o controle do governo*

# Os PERDEDORES

Daniel de Andrade



Índios waiápi, no Amapá: sofrendo com a briga da Funai com a Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que foi obrigada a abandonar um programa de saúde e outro educacional para as tribos da região

**M**acapá (AP) — Os índios brasileiros não têm o que comemorar, 497 anos depois da chegada dos colonizadores portugueses. E isso não apenas porque o número deles caiu de 5 milhões para 320 mil neste período.

Com raras exceções — como no caso do Amapá, onde todas as reservas indígenas existentes estão demarcadas —, os índios continuam tendo suas terras invadidas e dependem, cada vez mais, de recursos internacionais para terem seus direitos assegurados.

Como a Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem dinheiro, as organizações não governamentais (ONGs), inclusive missões religiosas católicas e protestantes, têm ocupado cada vez mais espaço nas aldeias, contando para isso com verbas do exterior.

A principal fonte de recursos externos é o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7), financiado pelos governos dos sete países mais ricos do mundo — o chamado Grupo dos Sete, formado por Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Canadá, Japão e Inglaterra.

Algumas destas experiências, porém, têm se revelado desastrosas. Um dos motivos é o freqüente conflito das ONGs com a Funai.

## CONFLITOS

No Amapá, o caso dos índios waiápi é exemplar. A experiência bem sucedida do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma ONG coordenada pela antropóloga Dominique Galois, está chegando ao fim. Em junho passado, ela enviou carta ao presidente da Funai, Julio Gaiger, anunciando que o CTI decidira suspender suas atividades na área indígena waiápi.

“A decisão de suspender os trabalhos que realizamos junto aos waiápi resulta da absoluta falta de condições

para continuarmos os referidos programas em parceria com a Funai local”, desabafou Dominique. Ela acusava Dilson Marinho, funcionário da Funai em Macapá, de boicotar sistematicamente os trabalhos da ONG.

Em parceria com políticos amapaenses, a Funai fez uma campanha para desmoralizar a imagem do CTI, acusando a ONG de incentivar os índios waiápi à prática de garimpagem de ouro nos rios que cortam a sua reserva.

Nessa briga, só os índios perdem. O CTI, por meio de convênio com a Secretaria de Saúde do Amapá, atuava no Programa de Saúde Waiápi, que assistia a todas as aldeias da região, com auxiliares de enfermagem de ouro nos rios que cortam a sua reserva.

O CTI também atuava em dois outros programas considerados modelos: o projeto Educação Waiápi, com cursos para formação de monitores de saúde e de professores na língua waiápi, e o projeto Vídeo nas Aldeias, com a utilização de cinegrafistas da própria tribo.

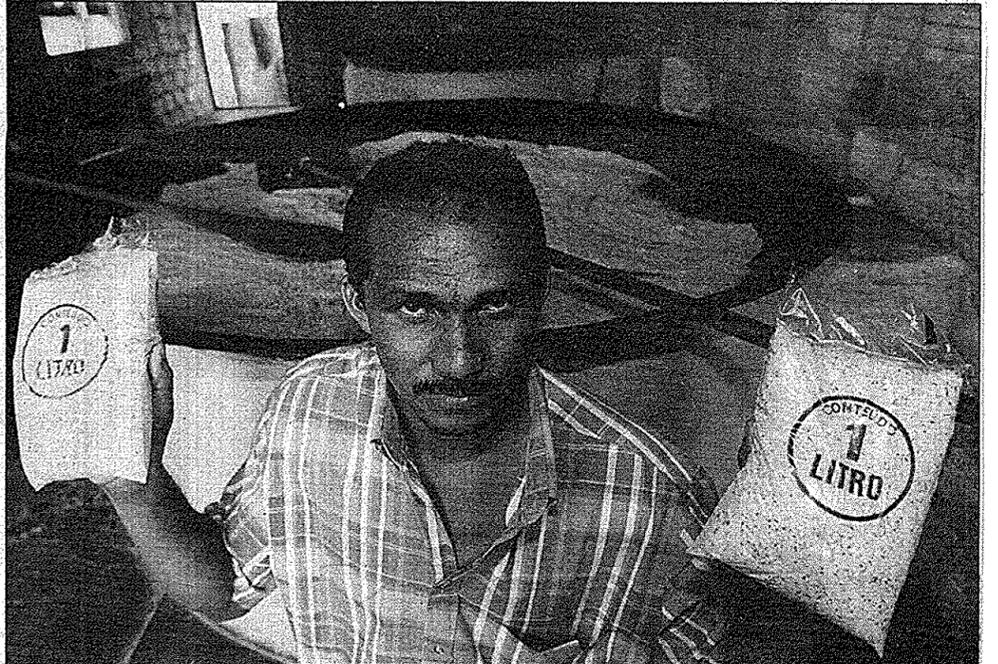
## DENÚNCIAS

Mas as brigas da Funai com as ONGs nem sempre são infundadas. Em Monte Alegre, oeste do Pará, a Missão Novas Tribos do Brasil chegou a construir uma pista de pouso na reserva dos índios poturu, recém contactados, sem autorização da Funai. O resultado foi um surto de gripe entre os índios.

Ainda no Pará, o indigenista Saulo Petean acusa a fundação mantida pela multinacional inglesa Body Shop, do ramo de cosméticos, de utilizar a imagem dos índios caiapós, do sul do estado, sem pagar nada em troca.

A Body Shop compra óleo de castanha-do-pará da empresa A-Ukre Trade Company que, apesar do nome, foi fundada e é comandada pelo cacique caiapó Paulinho Payakan.

Wanderlei Pozzembom



Cooperativa da esperança: Mariolando sonha com verbas para deslanchar organização que reúne 35 famílias

## O sonho de viver do que a terra dá

**Iratapuru (AP) —** O sonho de conseguir a sobrevivência com o extrativismo na floresta amazônica está apenas começando para Mariolando Araújo e mais 35 famílias de castanheiros. Eles se associaram à Cooperativa Mista de Produtores Extrativistas do rio Iratapuru, um afluente do rio Jari, na fronteira do Amapá com o Pará.

No início de agosto, Mariolando espera que a Assembléia Legislativa do estado aprove a criação da primeira reserva florestal de uso múltiplo da Amazônia. Isso vai garantir aos extrativistas do Iratapuru uma área de 840 mil hectares tomada por castanheais e

seringais nativos, além de andiroba, copafba e cupuaçu.

“Antes, com um hectolitro de castanha (10 latas de óleo de cozinha cheias, em média) o castanheiro daqui comprava uma lata de leite em pó; agora, com um quilo de farinha de castanha eles compram a mesma lata”, compara o governador amapaense João Alberto Capiberibe (PSB). A Cooperativa do Iratapuru só não avançou ainda mais porque ainda aguarda a liberação de um financiamento de US\$ 1 milhão prometido pela União Européia.

O dinheiro será aplicado em projetos de diversificação de produtos

da floresta. Além de farinha de castanha, utilizada na merenda escolar no Amapá, a idéia é começar a produzir biscoitos, óleo e sabão de castanha, além de produtos à base de borracha extraída dos seringais nativos da região.

Criada como organização não governamental, a cooperativa do Iratapuru conseguiu R\$ 168 mil do Fundo Nacional do Meio Ambiente para deslanchar seus projetos. “Vamos construir uma nova vila, com casas iguais para todos os sócios da cooperativa, e começar a promover o ecoturismo na região”, antecipa Mariolando Araújo, feliz da vida.

ONGS